

Item 26 - Requerimento n. 20/2016, do Senhor Deputado Carlos Giannazi, que, nos termos regimentais, requer sejam convocados o Senhor Diretor-Presidente da DERSA, Laurence Casagrande Loureiro; o Senhor Diretor-Presidente da CDHU, Marcos Rodrigues Penido e o Senhor José Antunes Sobrinho, sócio da empreiteira ENGEVIX, a fim de esclarecer denúncias de pagamento de propinas em obras realizadas pela DERSA e a CDHU, nos governos José Serra e Geraldo Alckmim.

Item 27 - Requerimento n. 05/2017, do Senhor Deputado Carlos Giannazi, que, nos termos regimentais, requer sejam convocados: 1 - os Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado: Antonio Roque Citadini, Edgar Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa e Robson Riedel Marinho; 2 - os Senhores ex-Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado: Antonio Cláudio Alvarenga e Fulvio Julião Biazzi, a fim de prestarem esclarecimentos sobre as graves denúncias de pagamento de propina aos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado pela construtora Andrade Gutierrez, para que não fossem apontados problemas e irregularidades em licitações e contratos de obras, em especial no Metrô.

Item 28 - Requerimento n. 06/2017, do Senhor Deputado João Paulo Rillo, solicita que, nos termos do artigo 31, inciso V, do Regimento Interno desta Casa, seja convocado o Secretário Estadual da Educação, Senhor José Renato Nalini, para que compareça a esta Comissão para prestar informações sobre os recursos para a Educação.

Item 29 - Requerimento n. 07/2017, do Senhor Deputado João Paulo Rillo, que, nos termos do artigo 31, inciso V, do Regimento Interno desta Casa, requer que seja convocado o Secretário Estadual da Fazenda, Senhor Hélcio Tokeshi, para que compareça a esta Comissão para prestar informações sobre os recursos para a Educação.

Item 30 - Requerimento n. 08/2017, do Senhor Deputado João Paulo Rillo, solicitando que, nos termos do artigo 31, inciso VIII, do Regimento Interno desta Casa, seja realizada Audiência Pública pela Comissão de Fiscalização e Controle, face ao pedido de expedição de decreto legislativo - PDL 04/2017, pelo Prefeito de Americana, considerando os graves efeitos que podem decorrer do reconhecimento de calamidade financeira para um Município por esta Assembleia Legislativa.

Item 31 - Requerimento n. 09/2017, do Senhor Deputado João Paulo Rillo, solicitando que, nos termos do Regimento Interno desta Casa, seja convidado o membro da Comissão de Relações de Trabalho da Câmara Municipal de Americana, Professor Padre Sérgio, para que compareça a esta Comissão de Fiscalização e Controle, face ao pedido de expedição de decreto legislativo - PDL 04/2017 e dos decretos de calamidade financeira expedidos pelo Poder Executivo de Americana.

Item 32 - Requerimento n. 10/2017, do Senhor Deputado João Paulo Rillo, solicitando que seja convidado o Secretário-Diretor Geral do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Senhor Sérgio Ciquera Rossi, para que compareça a esta Comissão para prestar informações sobre o Comunicado SDG 06/2017, de 22.02.2017, as motivações de sua expedição e a interpretação do órgão que dirige, sobre o art. 65 da lei de Responsabilidade Fiscal e os decretos de calamidade financeira.

Item 33 - Requerimento n. 11/2017, do Senhor Deputado João Paulo Rillo, que, nos termos do artigo 31, inciso V, do Regimento Interno desta Casa, requer que seja convocado o Secretário Estadual da Fazenda, Senhor Hélcio Tokeshi, para que compareça a esta Comissão para prestar informações sobre as perdas para o orçamento destinado à Educação, face aos dispositivos da Lei Complementar nº 1010/2007, notadamente aqueles que permitem a inclusão de aposentadorias e pensões como despesas para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Item 34 - Requerimento n. 12/2017, do Senhor Deputado João Paulo Rillo, que, nos termos do artigo 31, inciso V do Regimento Interno desta Casa, requer que seja convocado o Secretário Estadual da Educação, Senhor José Renato Nalini, para que compareça a esta Comissão para prestar informações sobre as perdas para o orçamento destinado à Educação, face aos dispositivos da Lei Complementar nº 1010/2007, notadamente aqueles que permitem a inclusão de aposentadorias e pensões como despesas para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Para ciência:

01 - Ofício SGP 1088/17, proveniente da Presidência da Assembleia, informando, nos termos do artigo 34-c, III, do Regimento Interno, que o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de "investigar eventual prática de cartelização da indústria da citricultura no Estado de São Paulo", encontra-se disponível no endereço eletrônico: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/arquivoWeb/com/com4932.pdf>

02 - Ofícios remetidos pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, informando a instauração de Inquéritos Cíveis em atendimento a manifestações da Assembleia Legislativa:

02.01 - Ofício nº. 2832/2017 - EXPPGJ, do Senhor Procurador Geral de Justiça, comunicando a instauração do Inquérito Civil nº. 14.0695.0000063/2017-3 - 8ª PJ, para apurar eventuais irregularidades no Pregão Eletrônico nº 20/2011, realizado pela Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria de Serviços de Saúde - Centro de referência de Alcool, Tabaco e outras Drogas, para contratação de serviços de hotelaria e realização do evento denominado "VII Seminário de CAPS e V Encontro de Tabagismo no Estado de São Paulo", nos dias 29 e 30de setembro de 2011.

02.02 - Ofício nº. 2831/2017 - EXPPGJ, do Senhor Procurador Geral de Justiça, comunicando a instauração do Inquérito Civil nº. 199/2017 - 5ª PJ, para apurar eventuais irregularidades no contrato celebrado entre o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS e a empresa Provac Serviços Ltda.

03 - Ofícios remetidos pelo Tribunal de Contas do Estado encaminhando, para conhecimentos dos senhores deputados, cópias das decisões exaradas em processos sobre admissão de pessoal e registro de aposentadorias:

03.01 - Ofício GCRMC nº. 949/2017, encaminhando cópia do inteiro teor da decisão proferida nos autos do processo eTC-6203/989/14-0, de admissão irregular de pessoal pela Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - FAMESP, no exercício de 2013.

03.02 - Ofício CG.C.DER nº. 1391/2017, encaminhando cópia da sentença exarada no processo TC-014189.989.16-3 - Eletrônico, bem como da decisão proferida pela Egrégia Primeira Câmara no e-TC-018145.989.16-6, de registro irregular de aposentadoria pela Universidade de São Paulo - USP, no exercício de 2015.

03.03 - Ofício CG.C.DER nº. 1443/2017, encaminhando cópia da sentença exarada no processo TC-000833.989.16-3 - Eletrônico, bem como da decisão proferida pela Egrégia Primeira Câmara no e-TC-011490.989.16-7, de registro irregular de aposentadoria pela Universidade de São Paulo - USP, no exercício de 2014.

03.04 - Ofício CGC.ARC nº. 975/2017, encaminhando cópia da sentença do processo eTC-000673/989/13, de registro irregular de aposentadoria pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, no exercício de 2012.

03.05 - Ofício CGC.ARC nº. 1073/2017, encaminhando cópia da sentença do processo TC-005475/026/13, de registro irregular de aposentadoria pela Universidade de São Paulo - USP, no exercício de 2011.

03.06 - Ofício CGC.ARC nº. 1092/2017, encaminhando cópia da sentença exarada no processo eTC-000655/989/13, de registro irregular de aposentadoria pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, no exercício de 2012.

03.07 - Ofício CGC.ARC nº. 1087/2017, encaminhando cópia da sentença exarada no processo eTC-000831/989/16, de registro irregular de aposentadoria pela Universidade de São Paulo - USP, no exercício de 2014.

03.08 - Ofício CGCRRM nº. 1586/2017, encaminhando cópia da sentença do processo TC-42522/026/12, de registro irregular de aposentadoria pela Universidade de São Paulo - USP, no exercício de 2011.

03.09 - Ofício CGCRRM nº. 1595/2017, encaminhando cópia da sentença do processo eTC-14441.989.16-7 (Ref. Proc. eTC-6515.989.17-6), de registro irregular de aposentadoria pela Universidade de São Paulo - USP, no exercício de 2015.

03.10 - Ofício C.ECR nº. 1502/2017, encaminhando cópia do inteiro teor da decisão proferida nos autos do processo TC-12036/026/08, de admissão irregular de pessoal pela Universidade de São Paulo - USP, no exercício de 2006.

04 - Ofício nº. 3207/2017 - EXPPGJ, do Senhor Procurador Geral de Justiça, comunicando a instauração do Inquérito Civil nº. 609/2017 - 8ª PJ, para apurar suposta irregularidade na dispensa de licitação para o contrato de gestão celebrado entre a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo e a Associação Santa Marcelina.

05 - Ofício nº. 2835/2017 - EXPPGJ, do Senhor Procurador Geral de Justiça, comunicando o teor da petição inicial da ação civil pública do Inquérito Civil nº. 14.0409.0000945/2016-7, para apurar supostas irregularidades na construção do novo prédio do Fórum do Município de Rio Claro.

06 - Informativo nº 8 - Fevereiro de 2017, da Revista "Ciência no ZOO" e Relatório Anual 2016 da Fundação Parque Zoológico de São Paulo.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA COMUNICADO

COMUNICO às Senhoras Deputadas, aos Senhores Deputados, à sociedade civil, aos núcleos e às instituições culturais com atuação no Estado de São Paulo que, no período das 12h do dia 10/10/2017 até às 20h do dia 10/11/2017 (horário de Brasília), ficará aberto o prazo para as indicações das personalidades físicas ou jurídicas que se destacaram na sociedade em razão de sua contribuição com a música dita caipira de raiz e qualquer outra forma de arte genuinamente popular que a complemente, no Estado de São Paulo, para a 2ª Edição do "Prêmio Inezita Barroso", instituído pela Resolução nº 910/2016, regulamentada pelo Ato da Mesa nº 42/2016.

As indicações deverão ser por escrito e protocolizadas junto à Secretaria da Comissão de Educação e Cultura, localizada na sala 1060, 1º andar da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Palácio 9 de Julho), com endereço à Av. Pedro Álvares Cabral, 201 – Ibirapuera – São Paulo/SP – CEP 04097-900, nos dias úteis, das 12h às 20h, ou, ainda, pela internet, no e-mail cec@al.sp.gov.br acompanhadas de um breve histórico (máximo 3 laudas) de cada indicado.

O prêmio, consistente na entrega de uma estatueta confeccionada em metal de cor ouro velho, com base retangular sobre a qual ergue-se um busto esculpido representando a Patronesse, Sra. Inezita Barroso, acompanhada de um diploma, será concedido pelo Presidente da Assembleia Legislativa, mediante proposta da Comissão de Educação e Cultura, que definirá, no máximo, 10 (dez) indicados a serem contemplados a cada edição.

A entrega do prêmio está prevista para ocorrer em cerimônia solene, expressamente convocada para esse fim, no dia 26 de março de 2018, às 10h, no Plenário "Juscelino Kubitschek" da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Deputada Beth Sahão

Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ATAS

COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezessete, às onze horas, no Plenário Tiradentes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Sexta Reunião Ordinária da Comissão de Transportes e Comunicações, da Terceira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura, sob a presidência do Senhor Deputado João Caraméz. Presentes os Senhores Deputados João Caraméz, Enio Tatto, José Zico Prado, Aldo Demarchi, Edmir Chedid, Roberto Moraes, André do Prado, Gileno Gomes (membros efetivos) e Edson Giriboni (membro substituto). Ausente, por motivo justificado, o Senhor Deputado Milton Vieira. Ausentes os Senhores Deputados Carão Pignatari, Chico Sardelli, Léo Oliveira e Campos Machado. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dispensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. Ato contínuo o Senhor Presidente esclareceu que reunião fora convocada com o objetivo de debater a situação do serviço de travessia por balsa que serve a Ilha do Bororé, com a presença do Senhor Luiz Carlos Ciochi, Presidente da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A (EMAE); do Senhor Jean Cesare Negri, Diretor de Geração da EMAE e do Senhor Pedro Brito, Gerente do Departamento Jurídico da EMAE. Em seguida, concedeu a palavra aos convidados, para que efetuassem uma apresentação. O Senhor Luiz Carlos Ciochi cumprimentou os parlamentares e introduziu o tema da balsa da Ilha do Bororé, que foi, a seguir, aprofundado pelo Senhor Jean Cesare Negri. A apresentação concentrou-se nas competências técnicas e legais da EMAE, empresa de capital aberto, concessionária de serviço público federal responsável pela geração de energia elétrica e, portanto, carente de competência legal e técnica para atuar no segmento de transportes. A despeito da falta de previsão legal para operar balsas, a EMAE, segundo os expositores, herdou o sistema de travessia por balsas no Reservatório Bilings e tenta oferecer o serviço observando as melhores práticas de segurança operacional. Ao final da apresentação dos convidados, manifestaram-se os deputados. O Senhor Deputado José Zico Prado questionou sobre a reforma da balsa que serve a Ilha do Bororé e acerca da continuidade futura da prestação do serviço pela EMAE. O Senhor Deputado Enio Tatto atentou para o sofrimento da população, exposta às precárias condições operacionais da balsa. O Senhor Deputado Aldo Demarchi ressaltou que a Comissão de Transportes e Comunicações poderia funcionar como caixa de ressonância para as demandas apresentadas pelos usuários do serviço de balsa da Ilha do Bororé. O Senhor Deputado Edmir Chedid exortou os parlamentares a dialogarem com o poder executivo, a fim de dar visibilidade ao problema e encaminhar soluções. O Senhor Deputado Gileno Gomes abordou a ofensa ao direito de ir e vir dos usuários do precário serviço de balsa e concordou com o Senhor Deputado Edmir Chedid quanto à necessidade de os deputados irem ao local. O Senhor Deputado Roberto Moraes ecoou as deficiências, já apontadas pelos usuários, de controle de acesso e segurança na operação do serviço. Em suas respostas, o Senhor Presidente da EMAE e o Senhor Diretor de Geração mostraram-se contemplados pelo reconhecimento dos parlamentares quanto à abertura ao diálogo por parte da EMAE e asseveraram as dificuldades legais e técnicas enfrentadas por uma empresa geradora de energia para operar um complexo sistema de transporte. Ademais, asseguraram que, enquanto uma solução definitiva para o problema não for encontrado, a EMAE manterá a oferta da travessia por balsa na Ilha do Bororé. Aproveitaram a oportunidade para afirmar que se certificariam sobre a existência de eventuais problemas envolvendo a redução de velocidade das balsas e que a Assembleia Legislativa constituía foro propício para a busca de uma solução definitiva para a questão. Acerca disto, o Senhor Deputado João Caraméz sugeriu que o Departamento Hidroviário do Estado assumisse o serviço, ao passo que os Senhores Deputados José Zico Prado e Enio Tatto mencionaram a possibilidade de transferência da titularidade do serviço para o município de São Paulo. Ao final, os Senhores Francisco e Robson, enquanto representantes dos moradores da Ilha do Bororé e dos usuários da balsa, tiveram a oportunidade de externar suas queixas quanto à má qualidade do serviço e suas demandas por melhorias. Antes do encerramento, o Senhor Deputado José Zico Prado conclamou os deputados a formarem uma subcomissão com o intuito de trabalhar por uma solução para a questão e o Senhor Presidente da EMAE assegurou que uma nova balsa, destinada a atender a Ilha do Bororé, será entregue ao final do primeiro semestre de 2018. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, parlamentares e moradores da Ilha do Bororé, e deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e cuja ata eu, Adelino Martins, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 23/08/2017.

Deputado João Caraméz - Presidente

Adelino Martins - Secretário

Debates

6 DE OUTUBRO DE 2017 61ª SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM ÀS GUARDAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Presidente: CHICO SARDELLI

RESUMO

1 - CHICO SARDELLI

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - EDSON SERBONCHINI

Mestre de cerimônias, anuncia a composição da Mesa.

3 - PRESIDENTE CHICO SARDELLI

Informa que a Presidência efetiva convocara a presente sessão solene, por solicitação do deputado Chico Sardelli, na direção dos trabalhos, em "Homenagem às Guardas Municipais do Estado de São Paulo". Convida o público a ouvir, de pé, o "Hino Nacional Brasileiro". Destaca a importância das Guardas Cíveis Municipais em prol da Segurança Pública. Enaltece o trabalho realizado pela categoria.

4 - DELEGADO OLIM

Deputado estadual, cumprimenta todos os presentes. Enfatiza que a Guarda Civil Municipal soma à Segurança Pública no combate ao crime. Cita melhorias implementadas na instituição. Parabeniza a categoria pelo trabalho realizado. Considera que a GCM faz parte da família policial.

5 - PRESIDENTE CHICO SARDELLI

Afirma que a maioria da população apoia a transformação das Guardas Municipais em Polícias.

6 - ITAMAR BORGES

Deputado estadual, menciona que criara a GCM em Santa Fé do Sul quando fora prefeito do município em 2001. Destaca que sempre participou das lutas e reivindicações da instituição. Elogia a iniciativa do deputado Chico Sardelli de criar a Frente Parlamentar em Defesa das Guardas Municipais do Estado de São Paulo, nesta Casa, e de trabalhar em defesa da categoria. Enfatiza a importância de a GCM ser representada no Poder Legislativo. Sauda os componentes da Mesa. Defende a integração da Guarda Municipal com a Polícia Militar.

7 - PRESIDENTE CHICO SARDELLI

Elogia o trabalho de criação da GCM pelo deputado Itamar Borges, quando esse era prefeito em Santa Fé do Sul.

8 - MÁRCIO CAMARGO

Deputado estadual, saudá os componentes da Mesa e os demais presentes. Lembra a lei que criara o Dia da Guarda Municipal. Menciona notícias positivas relacionadas ao trabalho desenvolvido pela categoria.

9 - TONI CADETE

Prefeito de Areiópolis, considera que a GCM tem poder de Polícia. Frisa a importância da categoria para a Segurança Pública dos municípios. Parabeniza os guardas cíveis municipais pelo serviço prestado à população.

10 - CARLA SOARES

Presidente do Conseg de Ribeirão Pires, representando os Consegs paulistas, elogia o trabalho realizado pela GCM. Parabeniza os parlamentares presentes na solenidade pela luta em prol da Segurança Pública.

11 - LÍDIA GOUVEIA

Inspetora superintendente e ex-subcomandante da Guarda Civil Metropolitana, representando as guardas municipais femininas, opina que a Guarda Civil Municipal exerce o papel de Polícia. Considera positiva a resposta da população em relação à GCM. Narra caso de guarda civil municipal que auxiliou mulher em trabalho de parto. Tece considerações sobre o serviço prestado pelas guardas femininas. Incentiva o ingresso de mulheres na GCM. Avalia que o policiamento comunitário favorece a aproximação das guardas com a população. Sugere que a GCM seja treinada para atuar nas fronteiras do País.

12 - PRESIDENTE CHICO SARDELLI

Tece considerações sobre o trabalho desempenhado pelas guardas femininas. Discorre acerca da importância de a GCM ter representantes na política.

13 - CARLOS FLORENTINO

Vereador GCM do município de Vinhedo, representando o Poder Legislativo Municipal, comenta a importância da Guarda Municipal de Vinhedo. Faz reflexo acerca do empenho na busca do reconhecimento da corporação. Tece comentários sobre o crescimento da GCM no Estado. Frisa que os guardas municipais atendem ocorrências relacionadas ao crime. Manifesta expectativa de aprovação de PECs federais em benefício da categoria.

14 - RENATO AUGUSTO ALVES

Guarda civil metropolitano do município de Ilha Solteira, representando as Secretarias Municipais de Segurança Pública, agradece o apoio do deputado Chico Sardelli, afirmando que as ações adotadas pelo parlamentar têm contribuído para a Segurança Pública da região de Ilha Solteira. Enaltece o trabalho desenvolvido por Carlinhos Silva em prol da GCM.

Certificação Digital Imprensa Oficial

Segurança e agilidade na administração da sua empresa.

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo



www.imprensaoficial.com.br

io | certificação digital
SAC 0800 01234 01

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO